

NELSON WERNECK SODRÉ: O GENE- RAL, A HISTÓRIA, A DEMOCRACIA

Marco Aurélio Nogueira*

Com a morte de Nelson Werneck Sodré em 13 de janeiro de 1999, perdeu a cultura brasileira um de seus mais profícuos e influentes intelectuais.

Os leitores mais jovens talvez não consigam dimensionar a observação, mas houve uma época, não tão distante, em que o nome de Sodré era sinônimo de visão renovada e ousada da história nacional, baseada no marxismo. Sodré, porém, foi muito mais do que um divulgador do pensamento de Marx: foi um pesquisador incansável, dono de dados e informações impressionantes, que empregou para escrever dezenas de livros basilares, nos quais se formaram muitas gerações de brasileiros. Seu apartamento na Rua Dona Mariana, no Rio, guardava preciosidades que encantavam qualquer estudioso. Mais tarde, doaria parte deste acervo à Biblioteca Nacional

Werneck Sodré nunca quis permanecer fora ou acima da polêmica. A despeito de se empenhar com ardor na valorização de uma pesquisa declaradamente científica, portanto revestida de objetividade e isenção, em nenhum de seus escritos deixaram de pulsar as causas em que acreditava e pelas quais se bateu a vida inteira: o socialismo, a independência nacional, a reforma agrária, a difusão maciça de justiça e bem-estar, o desenvolvimento do país. Foi daqueles

* Professor de Política da UNESP-Araraquara e pesquisador da Fundap

Estudos de Sociologia

intelectuais firmes como uma rocha, que jamais tiveram dúvidas sobre o lado em que ficar ou abriram mão de suas convicções. Costumava dizer que «não ter uma posição política justa é como não ter alma», com isso querendo apresentar suas investigações não como mera especulação, mas como frutos de um posicionamento político. Talvez tenha sido o único oficial do Exército brasileiro a se proclamar abertamente marxista, a não ocultar suas simpatias pelo Partido Comunista Brasileiro e a sofrer as conseqüências disso, pela direita e pela esquerda.

Sodré foi um observador atento e privilegiado do século XX. Nascido em 1911, já nos anos 30 viajava pelo país a serviço do Exército. Não chegaria, porém, a atuar como um efetivo quadro militar, já que a paixão pela história, pela literatura e pela crítica literária iria levá-lo a desempenhar, no Exército, funções eminentemente intelectuais, seja como pesquisador, seja como professor da Escola de Comando e Estado-Maior, seja como diretor ou colaborador da Revista da Escola Militar. Foi, até o fim, um ativo participante da vida cultural e jornalística do país.

Em 1938, publicou seu primeiro grande livro, *História da Literatura Brasileira*, um esforço pioneiro para analisar as questões literárias a partir de «seus fundamentos econômicos», isto é, das relações de propriedade e dos conflitos sociais. Pôs-se assim na mesma trilha de Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, outros dois gigantes do período. Como todo pioneiro, cometeu exageros e defendeu posições polêmicas e discutíveis, mas contribuiu fortemente para promover o avanço do conhecimento sobre o Brasil. Suas opiniões sobre a natureza e o papel da burguesia, sobre a classe média e sobre o sentido da formação social brasileira, que muitos viram como emanção direta do PCB, não seriam digeridas pelos pesquisadores, mas também não chegariam a receber, até hoje, uma contestação cabal, fria e consistente. Acabariam por ser simplesmente rejeitadas.

Marco Aurélio Nogueira

Do anos 30 até *A farsa do neoliberalismo* (1995), escreveria uma montanha de livros. Muitos deles são hoje clássicos, como é o caso de *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), *Formação Histórica do Brasil* (1962), *História da Burguesia Brasileira* (1964), *História Militar do Brasil* (1965), e *História da Imprensa no Brasil* (1966). Seu indispensável *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de 1945, em que arrola e comenta centenas de textos básicos, foi reeditado e atualizado diversas vezes. Foi ainda um grande memorialista, como atestam as *Memórias de um Soldado* (1968), as *Memórias de um Escritor* (1970) e *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64* (1994).

Nos anos 50, ajudaria a fundar, com intelectuais de variadas orientações, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que tanta importância teria na fixação da mentalidade do planejamento público entre nós e na generalização de uma visão mais arejada dos problemas nacionais. O Iseb, como se sabe, criaria grande celeuma nos ambientes universitários que então se formavam, sobretudo em São Paulo, de onde partiria uma incansável oposição estruturada pela tese de que era preciso renovar o pensamento social brasileiro, até então visto como prisioneiro de interpretações genéricas, «ideológicas», antigas. Atuando como professor, Sodré acumularia material e experiência para lançar, pouco depois, com seus colaboradores, a idéia da «História Nova», uma arrojada concepção dedicada a renovar o ensino da história e o ofício do historiador.

Nelson Werneck Sodré foi implacavelmente perseguido pelo furor macartista da ditadura de 64. Logo depois do golpe, foi cassado e posto na reserva. Seus livros foram considerados «subversivos», só chegando ao público por meio de queimas de estoque (feitas por sua editora, a Civilização Brasileira) e de artifícios dos livreiros mais corajosos. Muitos setores de esquerda também não seriam propriamente generosos com ele: tenderiam a ver suas teorias como «excessivamente

Estudos de Sociologia

comprometidas» com a linha política do PCB e as empurrariam para segundo plano. Nem por isso o historiador deixou de trabalhar. Porém, a despeito de sua obstinada dedicação à pesquisa, não seria assimilado pela intelectualidade acadêmica que progressivamente passaria a prevalecer no país. Seria mesmo «esnobado» por ela, visto como um «dogmático», fato que azedaria seu relacionamento com a Universidade. Seu marxismo pouco transigente, seus métodos de trabalho intelectual e seu engajamento político funcionariam, enigmaticamente, como um invencível fator de distanciamento e tensão. De um modo ou de outro, porém, foi um injustiçado.

Mas Sodré não se tornou, por isso, avesso ao mundo universitário. Recordo-me das cartas que trocamos e das inúmeras reuniões da Comissão de Redação da revista *Temas de Ciências Humanas*, que com ele integrei na segunda metade dos anos 70. O «general» não se cansava de defender o diálogo com os jovens estudantes e pesquisadores. Achava que era preciso neutralizar as estocadas que sua linha de pensamento recebia dos intelectuais acadêmicos, que ele via como expressão perfeita da «luta ideológica» do período. Sua causa era o combate contra o autoritarismo e contra todos os que dificultavam a união das forças democráticas. Jamais arredaria pé desta posição.

Por sua trajetória, por suas opções e especialmente pela relevância de sua obra, Nelson Werneck Sodré merece mais do que as homenagens que se costumam prestar aos grandes homens. Merece ser redescoberto, quer dizer, lido com rigor, analisado criticamente, incorporado de fato ao patrimônio intelectual de que dispomos para continuar aprofundando o conhecimento da realidade brasileira.

Marco Aurélio Nogueira

A entrevista aqui reproduzida foi realizada em novembro de 1975, na residência do historiador, no Rio de Janeiro. Parte dela integrou um volume de entrevistas editado por Flávio Aguiar para a Editora Brasiliense (*Cadernos de Debate nº 1 – História do Brasil*. São Paulo, 1976), no qual se procurava mapear certos temas centrais e polêmicos da historiografia brasileira e submetê-los a historiadores que pudessem expressar pontos de vista contrastantes. A mim coube entrevistar Nelson Werneck Sodré e Décio Saes, com o objetivo de trazer à tona diferenças e angulações referentes à questão das relações entre classes médias e tenentismo. Evidentemente, na ocasião, não resisti à tentação de submeter o já calejado autor de *História da Burguesia Brasileira* a uma série de temas que fugiam do eixo central da entrevista. Afinal, tratava-se do meu primeiro contato com um autêntico «mito» da historiografia marxista brasileira. A receptividade foi total. Conversamos durante horas e, creio, selamos uma amizade que se fortaleceria nos anos de *Temas de Ciências Humanas* (1977-1980), revista criada pelo editor Raul Mateos Castell e por um grupo de professores da Escola de Sociologia e Política e pós-graduandos da USP, cujo programa previa estabelecer um espaço alternativo entre a «esquerda acadêmica» paulista, a velha guarda do PCB e as posições da chamada «esquerda revolucionária», em nome da preservação e da renovação do marxismo. Posteriormente, com o fim de *Temas*, o avanço da democratização e os próprios desdobramentos da vida profissional de cada um de nós, meu relacionamento com Nelson esfriou; os freqüentes e intensos contatos de antes (ao vivo, por escrito, por telefone) iriam ceder lugar progressivamente a cartas e telefonemas de natureza mais protocolar. Mas não chegaríamos a nos perder totalmente de vista. No que me diz respeito, daquele relacionamento guardo não só uma memória afetiva e mais prosaica (os discretos tragos de Vermouth que tomávamos em sua casa quando eu ia visitá-lo) como, e sobretudo, uma densa imagem intelectual.

Estudos de Sociologia

Em que pesem os vinte e cinco anos passados, que trouxeram consigo um inquestionável avanço no estudo dos problemas brasileiros e puseram as polêmicas dos anos 60 e 70 em outro patamar, acredito que a entrevista com Nelson Werneck Sodré conserva seu interesse e sua força, não só como documento de uma época mas como condensação de um pensamento que estruturou muito de nossa vida intelectual(julho de 1999).

1. Aquilo que poderíamos chamar de “fios condutores” da história brasileira já estão compreendidos? Podemos dizer que conhecemos nossa história, que sabemos como ela se fez e foi determinada?

NWS: Jamais chegaremos ao ponto de dizer que a nossa história já está escrita. Nenhuma ciência tem uma limitação no tempo ou cumpre seu programa de uma vez para sempre. Mas é evidente que as «leis» da história brasileira existem e podem ser captadas. Apenas o que se dá é o seguinte: em história, como em toda ciência, há o particular, o geral, o universal, que são categorias científicas. É preciso que se conheça bastante do particular para se poder generalizar. Se não há muito conhecimento do particular, a generalização falseia. Esta passagem do geral ao particular, com a conseqüente volta do particular ao geral – esta dialética do universal, do particular e do singular –, é a ciência histórica. Ela depende da acumulação de dados fatuais, resultantes quase sempre de um delicado trabalho de manuseio de fontes, mas depende também, e sobretudo, de teorização, isto é, do pleno aproveitamento daqueles dados particulares e da busca, naquele emaranhado quase infinito de pormenores, das regularidades, das determinações, das «leis» que dão sentido ao processo histórico, que o fazem ser encadeamento articulado e tenso de estruturas. Fora disso não acredito ser possível falar em história enquanto ciência. Mas a história comporta também a captura do

Marco Aurélio Nogueira

particular e do singular, comporta as monografias, as pesquisas empíricas, os levantamentos de dados, que é um trabalho ininterrupto. Hoje, no Brasil, podemos teorizar nossa história de um modo até certo ponto limitado: é que hoje, até mesmo por condições políticas, estamos trabalhando muito mais na acumulação de materiais do que na ciência histórica propriamente dita. Obras como as de Edgard Carone e de Hélio Silva, pesquisas como a da professora paulista Walnice Nogueira Galvão, que investigou em detalhe os jornais do tempo da campanha de Canudos, fornecem material indispensável para a história, mas não são elas mesmas história. Em todos estes documentários há evidentemente interpretações, com as quais podemos não concordar, mas o mérito da acumulação é indiscutível. Eles estão fazendo um trabalho preparatório para a história.

Acontece o mesmo com as teses universitárias, hoje muito presas ao modelo da tese norte-americana, isto é, dedicadas a uma faixa estreita de pesquisa, ao levantamento exaustivo de tudo o que tipifica essa faixa estreita. Podem não ser propriamente trabalhos de ciência histórica, mas são úteis à história. Como a história é uma ciência revolucionária, e as condições do momento impedem o seu desenvolvimento, somos obrigados a nos dedicar a um trabalho de acumulação de conhecimento. Estamos fazendo isso automaticamente; não se trata de imposição, mas de indução dos tempos. Estamos trabalhando mais quantitativa do que qualitativamente. Mas não há, nisso, nada que nos possa surpreender. Sempre trabalharemos nos dois campos, o quantitativo e o qualitativo. O fundamental é saber estabelecer os vínculos e os nexos entre eles, em nome do reconhecimento de que a ciência histórica está no qualitativo.

2. O importante, portanto, seria não absolutizar o valor da pesquisa empírica, não tratá-la como se fosse o próprio co-

Estudos de Sociologia

nhecimento, em detrimento de um esforço de teorização, de totalização. Mas em toda história quantitativa já não há embutida uma interpretação, quer dizer, uma visão de história qualitativa? Como «neutralizar» este perigo, ou seja, como impedir que se confunda uma coisa com outra, fazendo o quantitativo passar por qualitativo?

NWS: O risco existe, e é inevitável. Trata-se de um problema de método, de perspectiva, mas também de circunstâncias políticas e institucionais. É nesse campo abrangente que poderemos «neutralizar» tal problema. Mas é importante que reconheçamos o mérito de todos os trabalhos de acumulação. Podemos não acompanhar as interpretações neles embutidas, mas não podemos deixar de usá-los, pois eles nos dão arrolado o material que teríamos de pegar em várias fontes. É uma espécie de divisão do trabalho. Eu não me dedico a tais pesquisas e levantamentos, não é o meu “*métier*”. Não sou pesquisador de arquivo, não sei ler português quinhentista nem atuar como paleógrafo. Não faria o que presumidamente sei fazer se me dedicasse à pesquisa empírica. Outros são mais competentes nisso, e o trabalho deles também tem lugar na ciência histórica. Muitas vezes é um trabalho árduo. A despeito de não serem um índice da época, esses documentários são meritórios e nos serão úteis mais adiante, ainda mais do que hoje. Serão tanto mais úteis quanto mais formos capazes de passar do particular que eles contém para o geral, para as leis da história, para a interpretação global, para a síntese.

*3. A década de 30 representou, para a historiografia brasileira, um momento de ruptura, na qual algumas contribuições (Caio Prado Júnior, em 1933, com **Evolução Política do Brasil**, o senhor mesmo, com **História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos**), promoveram uma importante revisão de perspectivas. Como podemos avaliar este período?*

Marco Aurélio Nogueira

NWS: Houve de fato uma mudança importante após a Revolução de 30, quase como reflexo de diversas modificações que se davam nas condições externas globais e nas condições internas. Trata-se de uma mudança denunciada particularmente na obra pioneira de Caio Prado Júnior. Caio Prado abriu um caminho. Divirjo, hoje, de muitas das teses que o têm consagrado, mas sou um confesso admirador da sua obra, que ocupa um inequívoco lugar na historiografia brasileira. A história «capistrana», que Capistrano de Abreu elevou ao mais alto grau, quer dizer, a erudição histórica, ao estilo de um Varnhagen aprimorado, mais lúcido, essa história terminou ali. Ela continuaria a ser feita, evidentemente, inclusive nas faculdades de filosofia e nos cursos de história, mas estaria superada. No contexto dos anos 30 começaram a ser fundamentadas as bases de uma concepção que retiraria toda a legitimidade científica do velho modo de pensar e escrever a história.

4. Uma nova história para um novo país. Poderíamos condensar nesta frase o «programa» intelectual dos historiadores que nos anos 30 buscaram ultrapassar a história «capistrana» e renovar os estudos históricos?

NWS: A Revolução de 30 é a etapa de coroamento de uma imponente fase de aceleração da mudança, que preencheu toda a década anterior. Tudo o que se inicia, ou denuncia o seu valor maior, a partir de 1922, vai-se acumulando e permitindo a evidenciação de novas e mais agudas contradições. 1930 é uma passagem do quantitativo ao qualitativo, como há numerosas na história, nos diversos patamares e nos diversos níveis. Essa passagem do quantitativo ao qualitativo não ocorre apenas nas grandes crises, mas opera continuamente no processo, só que a sua grandeza e a sua dimensão se alteram. Vejo o movimento de 1930 como a resultante de uma acumulação quantitativa que permitiu uma mudança qualita-

Estudos de Sociologia

tiva: naquele momento, pôs-se a questão do poder, e sempre que a questão do poder se põe há uma mudança qualitativa. Justamente por isso, os intelectuais (e entre eles os historiadores, os cientistas sociais, os que se dedicavam a explicar cientificamente a realidade do país) foram chamados, digamos assim, a dar sua contribuição. As mudanças que irrompiam por todos os cantos acabaram por motivá-los e impeli-los a que apresentassem novos projetos e novas idéias para o país. Para isso, tiveram de se confrontar com os procedimentos intelectuais então existentes, pois estes procedimentos forneciam as bases das interpretações, da mentalidade e dos projetos que se queria precisamente superar. Houve também, é evidente, o efeito acumulado do próprio processo de avanço do saber, dos métodos de pesquisa e do conhecimento teórico, avanço este que certamente terminaria por se manifestar mas que foi acelerado e potencializado pelo «salto» que se deu em termos de modernização do país.

Caio Prado abriu essa nova etapa no desenvolvimento dos estudos históricos, mas o caminho ali inaugurado não foi imediatamente seguido. Até mesmo pelo próprio Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, seu livro posterior, é um livro maravilhoso, um excepcional tratado sobre a nossa história colonial, mas não está calcado no materialismo, como se lhe faltasse algo daquele espírito renovador, audacioso, que pulsa em *Evolução Política do Brasil*. Continuaríamos durante muito tempo amarrados à velha tradição, e os métodos mais modernos e críticos – ou revolucionários, como no caso do marxismo – permaneceriam em boa medida represados, sem poder produzir todos os seus efeitos. Mesmo mais tarde, quando a Universidade floresceu e passou a ditar as regras no ensino e na pesquisa de história, o potencial transformador dos anos 30 ainda seria a expressão do desejável, algo que se admirava e se reverenciava, mas que não se conseguia praticar efetivamente.

Marco Aurélio Nogueira

5. *E por que isso ocorreu?*

NWS: Em parte por condições políticas e pela natureza mesma das lutas culturais do país. Mas particularmente porque o ensino de história não conseguiu deixar de ser um ensino tradicional, um ensino conservador, fechado às correntes de pensamento mais críticas e arejadas. Numerosos historiadores – incluindo alguns ideologicamente avançados e de visão mais larga – permanecem praticando e ensinando uma história metodologicamente conservadora. Há também a questão das «modas», da nossa tendência a aceitar quase tudo o que vem de fora, em nome da adesão ao *dernier cri* do «pensamento de vanguarda». Coisa que, além de manter viva nossa trajetória como país colonizado, não ajuda a estabilizar e sedimentar linhas de trabalho consistentes ou «escolas de pensamento». Um país que, ainda agora [1975], reverencia Arnold Toynbee como historiador, está parado em ciência histórica. Toynbee, na verdade, é um trambolho, quase um ilusionista. Ele tem uma concepção filosófica do desenvolvimento da humanidade, em etapas e ciclos. Mas não é um historiador, por mais amplo que seja o material que acumulou. É indispensável que saibamos vê-lo naquilo que realmente é, de modo a estabelecer a sua verdadeira estatura intelectual. O tratamento dado a Toynbee como «monumento» significa o total desconhecimento da ciência histórica, um caso mais de deslumbramento do que de assimilação crítica.

6. *Mas voltemos aos anos 30. Há uma interpretação, até certo ponto consagrada, que explica a Revolução de 30 a partir do acirramento das divergências entre as oligarquias regionais. Introduzida e sugerida, ao menos em parte, pelo conhecido livro de Barbosa Lima Sobrinho, A verdade sobre a revolução de outubro-1930, esta interpretação costuma freqüentar o debate e as teorizações sobre aquele período.*

Estudos de Sociologia

NWS: Não me recordo das colocações de Barbosa Lima, cujo livro é um dos mais interessantes sobre a Revolução de 30, embora reflita, a meu ver, uma postura negativa em relação à Revolução, postura essa que pode ser explicada pelos traços biográficos do autor. Barbosa Lima Sobrinho é hoje, indiscutivelmente, um homem de posição liberal muito avançada, um homem de grande valor intelectual, mas, naquele momento, ele estava em uma posição que não era a melhor.

Independentemente de saber se ele de fato sugeriu ou não a citada interpretação, o fato é que a realidade efetiva do processo histórico não a autoriza. O que houve de significativo na Revolução de 30 vai em sentido oposto. O Brasil é muito extenso e, por isso, na história brasileira, o que se verifica é a regionalização das crises e dos problemas. Temos movimentos de rebeldia, como por exemplo os grandes movimentos da época da Regência, que são regionais. A Confederação do Equador, em 1824, fez uma grande tentativa de sanar as deficiências da revolução de 1817, que foi pernambucana, procurando ampliar a revolução por todo o Nordeste. Foi concebida como uma revolução nordestina, e não pernambucana. Se não alcançou êxito é outro problema. Os fatos brasileiros sempre foram regionais, localizados. Ora, a Revolução de 30 é o primeiro fenômeno político na história brasileira de caráter declaradamente nacional. O movimento irrompe em vários pontos do território nacional: no Sul, no Nordeste, no Amazonas, em Mato Grosso. Seu programa e seu projeto eram essencialmente anti-regionais. Explicar a Revolução então por condições específicas de região, ou de estado, como se tivesse sido mera disputa entre oligarquias, é despojá-la de um de seus traços essenciais.

Por outro lado, tentar explicar 1930 como decorrência de uma ação de «elites», ou a partir da separação entre os «tenentes», que seriam uma coisa, e a pequena-burguesia ou a «classe média», que seria outra coisa, como se os primeiros não fizessem parte da segunda — explicação essa que podemos en-

Marco Aurélio Nogueira

contrar em alguns estudos históricos mais recentes –, é uma deformação ainda maior. Não posso conceber desta forma o processo, pois a história é a apresentação do movimento das classes sociais ao longo do tempo, como elas mudam, umas em relação às outras. Se eu extraio das classes sociais algumas peças e as coloco como coisas independentes e autônomas, se eu as denomino de «elites», acabo por deformar um processo muito claro, que é o fluxo da história. Mais do que de conclusões ou afirmações errôneas, trata-se de uma visão deformada da realidade histórica.

Em 1930, parte das oligarquias, por exemplo as mais ligadas ao comércio de exportação, estão abertas à mudança. As oligarquias têm divergências, mas não divergências integrais, absolutas, em âmbito nacional. Certas oligarquias voltam-se para a mudança porque apostam que a mudança trará melhores tempos. Fazem isto porque as forças econômicas que são o seu suporte estão em crise. Estas mesmas oligarquias desejaram uma mudança com a Abolição: elas empregavam o trabalho escravo, e portanto se beneficiavam com ele, mas estavam também envoltas em um processo de mudança – decorrente do aumento da exportação, da revitalização da economia de exportação – e percebiam que o escravo, se ainda era rentável em algumas áreas do território nacional (no Nordeste, por exemplo), já não era mais rentável em São Paulo, na lavoura do café. Aceitaram por isso a abolição. Divergências como essas acontecem habitualmente, porque as classes não são monolíticas, mas são categorias oriundas de um processo de abstração do pensamento. Não podemos traçar na rua os limites entre uma classe e outra. Os valores individuais, ou de pequenas frações, não podem ser generalizados como valores de classe. O indivíduo é uma coisa, a classe é outra; o que acontece ao indivíduo, ou o que ele diz, o que ele faz, é uma coisa; o que a classe faz, ou diz, ou pensa, é outra.

7. Retomamos, assim, a questão das classes no processo histórico, e particularmente do papel da chamada «classe mé-

Estudos de Sociologia

dia» na República brasileira. Qual o seu entendimento a respeito?

NWS : Bem, a pergunta é bastante ampla e evidentemente abrange questões que podem ser qualificadas de «abertas», isto é, questões sobre as quais as interpretações não podem ser aceitas como definitivas, se é que há interpretações definitivas no campo de alguma ciência. O problema da «classe média» no Brasil e de seu papel no desenvolvimento histórico é um problema vastíssimo, que tem sido tratado de maneiras as mais diversas. O que pode ser tido como traço comum na historiografia brasileira do século XX, em relação à função da «classe média», é a aceitação da importância de seu papel. Quanto ao mais, tudo é controverso. Interesse-me pelo papel desenvolvido pela «classe média» no Brasil porque penso o que o caso brasileiro é um caso particular, pois tivemos aqui uma pequena burguesia antes de termos tido uma burguesia, devido ao crescimento do aparelho administrativo em algumas áreas da divisão do trabalho, provenientes, a rigor, do desenvolvimento da mineração aurífera e da criação de um mercado interno.

Isto é uma especificidade brasileira, porque, no modelo do Ocidente europeu, que é o modelo que em regra nós acompanhamos e que nos forneceu as principais categorias históricas, há uma burguesia que surge e vai-se fazendo acompanhar não só do proletariado, que é o seu satélite obrigatório, mas também de uma pequena burguesia. Ora, no Brasil, isso não acontece assim. Aqui aparece uma pequena burguesia sem que haja uma burguesia, uma burguesia definida, já que a burguesia mercantil não pode, a meu ver, ser aceita como uma classe burguesa perfeitamente definida na sociedade, pois burguesia mercantil existe desde que existe mercantilismo.

Por isso, nos estudos a respeito do que convenciamos chamar de «classe média» – e só essa categoria já demandaria uma análise e uma discussão bem aprofundadas –, seria preciso conceituar e definir devidamente, de modo a que se pos-

Marco Aurélio Nogueira

sa estabelecer o núcleo da análise e situar os pontos de vista. De qualquer maneira, como os estudos a este respeito são numerosos e vêm sendo desenvolvidos com muito vigor, aparecem inevitavelmente muitas controvérsias.

8. *Qual seria então o estatuto teórico deste conceito?*

NWS: A categoria «classe média» já deveria ter sido banida das ciências sociais, assim como a categoria «raça». Mas, ela existe, e como existe e é usualmente empregada, pertence à linguagem corrente no ensino, nos livros, nos meios de comunicação, ficamos obrigados a pelo menos dar a ela uma certa definição. Podemos buscar essa definição no próprio processo histórico. Classe média, como o nome diz, é uma classe intermediária, que tendemos a associar ao mundo moderno, como fenômeno típico da sociedade capitalista. Em todas as etapas históricas há duas classes fundamentais: no regime escravista, o senhor e o escravo; no regime feudal, o senhor e o servo; no regime capitalista, o proprietário e o trabalhador assalariado. Mas em todos eles também podemos encontrar camadas intermediárias. A essas camadas intermediárias, pelo menos desde o século XIX, os cientistas sociais deram o nome de «classe média». Em uma sociedade feudal, na época por exemplo da sua crise, a «classe média» é a burguesia, pois ela é que surge entre senhores e os servos. Nessa época, vai nascendo uma classe que é «média» porque não é ainda a dominante mas também não é a dominada. Na época moderna, na sociedade capitalista, a «classe média» é algo completamente diferente, porque a classe dominante já é a burguesia; já há portanto uma burguesia, um proletariado, trabalhadores do campo numa escala muito variada, com camadas distintas e diferenciadas entre si. As camadas intermediárias continuam a ser chamadas de «classe média», mas já se referem a outra coisa e não mais à «classe média» dos fins do feudalismo.

É importante lembrar que essas camadas intermediárias, na

Estudos de Sociologia

época moderna e em uma sociedade capitalista, também foram chamadas de pequena burguesia, que, segundo penso, é uma categoria mais afinada com a realidade social moderna. Penso, pois, que quando nos referíssemos a essas camadas intermediárias modernas, deveríamos excluir da análise científica a categoria «classe média» e empregar a categoria pequena burguesia. E o que é pequena burguesia, em uma sociedade capitalista? Pensemos a partir de uma outra interrogação: o que é um burguês, um grande burguês? É um grande proprietário. Um pequeno burguês, portanto é um pequeno proprietário. Isso é uma definição genérica. Mais particularmente, a pequena burguesia é a classe que, na partilha dos bens e dos lucros do trabalho, recebe uma parcela mas também fornece trabalho, embora seja um trabalho via de regra diferente do trabalho fornecido pela classe assalariada, pelo proletariado ou pelo trabalhador do campo. É uma classe heterogênea, composta de camadas distintas entre si, podendo-se admitir, se quisermos chegar a uma sofisticação didática, uma divisão em alta pequena burguesia, média pequena burguesia, baixa pequena burguesia (camadas superpostas), incluindo determinadas altas camadas do proletariado, como os operários qualificados, que trabalham hoje com máquinas mais desenvolvidas. Além disso, dentre as diferentes camadas da pequena burguesia é preciso distinguir ainda certos agrupamentos ligados a profissões que marcam o indivíduo, como o clero, as Forças Armadas, os estudantes. Formam-se, então, dentro de determinadas camadas pequeno-burguesas, algumas áreas que têm características diferentes e que às vezes se apresentam como aquilo que a sociologia vulgar denomina «comunidades fechadas». Não há, a rigor, comunidades «fechadas», mas há comunidades que têm características que as distinguem, como é o caso do clero, das Forças Armadas, dos estudantes, etc.

Ora, tudo isso mostra como o problema é complexo. A heterogeneidade da pequena burguesia – heterogeneidade que

Marco Aurélio Nogueira

também varia de país a país – dificulta a conceituação e o estudo do papel dessa classe. Precisamos, portanto, verificar, no caso brasileiro, como a pequena burguesia se originou, como se desenvolveu, como se apresenta hoje, e a partir daí – definida e delimitada – ver como se portou nos diferentes episódios e ao longo do tempo.

9. Seria possível, então, considerar que a «classe média» ou a pequena burguesia, no Brasil, chegou a atuar como um grupo bem estruturado, organizado, portador de um projeto político próprio?

NWS - Não, não considero que ela seja um grupo organizado que defenda um projeto político próprio. Todas as camadas intermediárias, em todas as etapas da história – e assim a pequena burguesia, na etapa atual da história brasileira – sempre procuraram assimilar o projeto histórico da classe dominante. No processo histórico real, porém, esta tendência em assimilar o projeto da classe dominante vai-se modificando na medida em que a classe dominante se torna menos dominante, na medida em que ela declina por força de algum tipo de processo revolucionário. Na medida em que isso acontece, a pequena burguesia vai-se aproximando do projeto político da classe dominada. Isto de um modo geral, no seu conjunto, pois individualmente até um grande burguês pode se tornar um revolucionário.

Isso nós podemos assistir no Brasil ao longo de todo o processo histórico, bem como em muitos episódios mais localizados. A pequena burguesia balança entre um projeto e o outro. Nos momentos de crise, ela pode aderir a um projeto e desequilibrar o quadro político, e em outros momentos caminhar em sentido oposto, desequilibrando o quadro de uma outra maneira. Mas ela não tem, a meu ver, projeto próprio. Em países como o nosso, porém, a pequena burguesia desempenha um papel de destaque, e o seu modo de ver o mundo, as suas postulações, as suas particulares maneiras de ser e

Estudos de Sociologia

de se comportar, que muitas vezes nós subestimamos, têm uma importância decisiva.

Dou um exemplo: o moralismo. Os que procuram estudar ciências sociais sabem que o moralismo não resolve problema algum, que ele é uma derivada. Mas para grandes parcelas da pequena burguesia o moralismo é uma postura, através da qual pode-se julgar as coisas e, julgando, participar da vida política e social. Ora, temos de distinguir o juízo de fato do juízo de valor. O juízo de fato é que o moralismo não leva a nada, mas o juízo de valor é que ele existe. Trata-se de um exemplo singelo, mas esclarecedor.

De qualquer maneira, o papel da pequena burguesia naquilo que convencionamos conhecer como «revolução brasileira» está revestido de uma importância de natureza quase estratégica. Não se trata de uma posição que possa ser batizada como «revisionista», porque evidentemente o papel mais importante é o da classe trabalhadora. Mas, desprezar o papel da pequena burguesia é eliminar subjetivamente uma coisa que existe na realidade. É, portanto, uma posição anticientífica.

10. Se considerarmos mais de perto, por exemplo, o período da nossa Primeira República, poderíamos afirmar que, no processo político real, a pequena burguesia vocalizou interesses próprios, mesmo não tendo sido portadora de um projeto próprio?

NWS: Não acho que a pequena burguesia como tal tenha interesses próprios. Alguns de seus grupos particulares, porém, podem tê-los e expressá-los em termos políticos. As reivindicações profissionais ou trabalhistas são um ótimo exemplo. Pensemos em um problema concreto, para verificar como a pequena burguesia espousa o projeto da classe dominante, da burguesia, no caso. Tomemos o fim da fase colonial e o início da fase autônoma no Brasil. Aqueles revolucionários, de 1817, do movimento de 1831, dos movimentos da Regência, os “farapos”, até a “Praia” de 1849, são expressões de movimentos

Marco Aurélio Nogueira

nos quais, em termos ideológicos, as figuras mais eminentes denunciam claramente como a pequena burguesia, num país em que a burguesia está ainda em gestação, esposa os conceitos e as reivindicações da burguesia externa. Então, todo aquele liberalismo, que é verdadeiramente extraordinário, dos grandes chefes “farrapos”, ou de homens como Frei Caneca, de revolucionários como Borges da Fonseca, representa o projeto político de uma burguesia que nem existe aqui. Há nisso, inclusive, um certo traço de alienação. Hoje, com um quadro diferente, em que é flagrante a presença de uma classe burguesa no Brasil, a pequena burguesia aceita o projeto da burguesia nos seus valores tradicionais, em tudo aquilo que pode ser contido na vaga expressão «liberalismo»: direitos do indivíduo, direitos políticos, defesa da propriedade, valorização do mercado. A pequena burguesia faz seus esses valores. O problema é que a burguesia os está abandonando e a pequena burguesia não parece reunir condições de fundar uma concepção do mundo própria, articulada e abrangente.

Vejamos agora a Primeira República, a «República Oligárquica» (1889-1930), que tem uma fachada democrática e um fundo semi-feudal. Nessa fase, há entre nós um firme avanço da burguesia, que aparece, passa a existir, a crescer, a impor-se social e politicamente. Sua vanguarda combativa, no entanto, é a pequena burguesia, que não só esposa o projeto político da burguesia como se torna sua vanguarda, aquela fração combativa, que realmente vem para a arena política e trava os combates. É sob essa base que a burguesia avança.

11. *E o movimento tenentista? Qual o seu significado? Por que caracterizá-lo, como foi feito em **Formação Histórica do Brasil**, como um «fenômeno típico de classe média»?*

NWS: O importante neste caso, acima de tudo, é compreender que o tenentismo está intimamente ligado ao avanço bur-

Estudos de Sociologia

guês, ao avanço das relações capitalistas no Brasil. Todas as demais questões estão determinadas por esse avanço, são aspectos externos, traços visíveis de um processo histórico articulado por esse avanço. A essência do tenentismo consistiu no seu papel ligado à ascensão da burguesia brasileira, à sua luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária. Além disso, se não o percebêssemos como um fenômeno de «classe média», poderíamos caracterizá-lo como um fenômeno de classe proletária? É claro que não. Portanto, o tenentismo expressa efetivamente as reivindicações burguesas, mas manifesta-se como uma radicalização destas posições e reivindicações. Os “tenentes” são a fração combativa, empenhada na necessidade de mudança.

A urbanização, a industrialização, são aspectos do avanço das relações capitalistas e, portanto, da ascensão burguesa. Na medida em que reconhecemos que no mundo organizado pela indústria as relações de classe aparecem de modo mais claro, o trabalho assalariado e a figura do proprietário tornam-se nítidos, podemos entender porque é que o tenentismo surgiu e ganhou sentido justamente como parte integrante desse processo de urbanização-industrialização, como um aspecto a mais do avanço das relações capitalistas. Trata-se de um movimento que é revolucionário até este determinado ponto, que tem uma qualidade «positiva», porque é avanço, mas também uma qualidade «negativa», que se expressa naquilo que ele tem de limitativo. Em suma, o tenentismo tem um sentido revolucionário para a época. É preciso compreendê-lo no grande quadro da revolução burguesa no Brasil, que é específica.

Estamos acostumados a convencionar a revolução burguesa segundo o modelo inglês, francês, particularmente ligado às etapas e às lutas finais de um longo processo histórico, que não existiu no Brasil. Aqui, esse processo vem sendo diferente até no seu escalonamento no tempo: estamos imersos em um processo de revolução burguesa, a meu ver ainda incompleto, que vai por patamares, por solavancos, por crises su-

Marco Aurélio Nogueira

cessivas, diferente, portanto, do processo nos moldes do Ocidente europeu, que não foram bruscos, nem foram truncados, e por isso puderam ser mais radicais. Nossa revolução burguesa não tem sido «clássica». Por isso, no Brasil, cresce o papel da pequena burguesia, que tem sempre uma função em cada um dos nossos solavancos revolucionários, a partir dos quais se avança.

De qualquer maneira, creio que a historiografia brasileira precisaria se debruçar com mais afincos sobre o estudo dos traços específicos da revolução burguesa no Brasil, que é uma revolução, inclusive, extemporânea historicamente. O grande problema do avanço das relações capitalistas no Brasil é a heterocronia, quer dizer, avançamos no capitalismo quando ele se encontra em declínio ou conhece crises profundas.

12. O período que vai até às vésperas da Revolução de 30 corresponderia a qual destes patamares da revolução burguesa brasileira?

NWS: Corresponderia, certamente, a um dos primeiros patamares. É evidente que podemos captar a gestação de relações capitalistas no Brasil do século XIX, mas nessa época elas ainda não são predominantes. As relações predominantes são ainda pré-capitalistas, para não empregar conceitos com «feudal» ou «semi-feudal», que são bastante controversos. Penso que nesse ponto estamos todos de acordo, a não ser aqueles que vêm capitalismo em toda parte, até na época colonial. Porém, existindo já relações capitalistas, ainda que não predominantes, existe também uma burguesia, embrionária, reduzida, quase marginal. Mauá e o Senador Vergueiro, duas figuras eminentes da história do Império, são burgueses. No fim do século, essa burguesia já está bastante avançada, mas não é ainda a classe dominante. Na época do tenentismo, na década dos 20, a burguesia já está muito mais desenvolvida do que no Império, e já postula um lugar no poder, disputa uma faixa do poder, marcha para se tornar classe dominante.

Estudos de Sociologia

E quem abre as brechas, quem destrói os obstáculos que se antepunham à ascensão burguesa é a pequena burguesia. O movimento tenentista é um dos aríetes deste movimento de abertura de brechas.

13. *Mas por que os «tenentes»? Faltavam outros grupos mais qualificados?*

NWS: Esse é um problema muito específico do caso brasileiro e a pergunta é significativa. O elemento militar, pelo fato de deter a força, e por ser a força uma parteira da história, esteve sempre colocado, desde o escravismo, nos momentos de crise. A despeito de ser esta uma resposta bastante vaga, ela é macroscopicamente válida. No Brasil, o elemento militar passa a ter maior importância política justamente na proporção em que há o avanço de relações capitalistas. Os militares, como sabemos, são recrutados particularmente na pequena burguesia e são ideologicamente pequenos burgueses. Ideologicamente, portanto, eles esposam o projeto político da classe burguesa, sobretudo aquele projeto político tradicional, clássico, da burguesia: o liberalismo. Isto porque o liberalismo também lhes abre as portas. Sendo dotados de armas, são elementos estrategicamente capazes de romper a estrutura maciça, realmente pesada, que vem desde a época colonial: a estrutura montada pelo latifúndio, com as suas próprias forças militares, irregulares ou regulares. Então, era preciso um instrumento de força para romper o sistema, e esse instrumento só podia ser o elemento militar centralizado, aquele que é agrupado para uma função nacional, e não aquele que, regionalizado, prestava serviços ao latifúndio, como as polícias militares estaduais faziam em grande parte e as forças irregulares faziam na sua totalidade.

14. *Seria possível, então, afirmar, como faz Afonso Arinos em alguns de seus escritos, que o tenentismo, como parte revolu-*

Marco Aurélio Nogueira

cionária do Exército, é uma espécie de partido político renovador que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes para agir pelas armas, questionando os aspectos mais nefastos e condenáveis da política dos governadores?

NWS: Esta é uma observação exata. O tenentismo, a rigor, tem três fases. Na primeira delas, iniciada em 1922, ele é especificamente militar e os “tenentes” pioneiros são refratários ao problema político e às ligações políticas. Em uma fase intermediária, eles se associam às lutas políticas estaduais, particularmente no Rio Grande do Sul. E há uma fase final, quando parte do movimento se associa às forças políticas federais, nacionais, e vai à Revolução de 1930. Vê-se, então, que ele marcha progressivamente de uma área limitada e de uma atividade limitada ao campo militar para uma área mais vasta e abrangente, eminentemente política, para ampliar suas ações e dar um sentido político e nacional a elas.

15. *Alguns historiadores interpretam de forma diferente o período, minimizando o papel político da «classe média» e analisando o Exército principalmente como grupo profissional, funcional, não como representante de uma classe social, no caso a pequena burguesia. Seria uma divergência?*

NWS: Expressa nestes termos, esta me parece ser uma colocação falsa. No estudo das sociedades, devemos dar atenção aos grupos profissionais, sem dúvida alguma, particularmente na medida em que passamos do geral para o particular. Mas a essência do processo histórico e, portanto, a essência da sua interpretação, está no estudo das classes. Ninguém vive fora de classes, e os grupos profissionais também pertencem a classes. Eu os estudo inseridos nas classes e na estrutura de classes, embora possa particularizar, dentro da classe, o papel de cada grupo. Mas, no sentido geral, eu só os compreendo dentro das classes, pois eles não estão no espaço, soltos. Retirá-

Estudos de Sociologia

los das classes, eliminar a categoria classe social da interpretação social é, a meu ver, um erro fundamental. Não se trata de confundir o tenentismo com a classe social, até mesmo porque não se pretende que o tenentismo seja a expressão da totalidade do comportamento da pequena burguesia, mas apenas um movimento que dá expressão às frações mais ativas da pequena burguesia, aquelas que têm participação política, disputam o poder e estão na arena política. As que estão caladas, ou voltadas para si mesmas, ou que ainda não adquiriram um nível de densidade e consciência para participar, estas não são expressas por coisa nenhuma.

16. Como o senhor entende as revoltas e crises da década de 20? Qual o papel nelas desempenhado pela «classe média» e pelo Exército?

NWS: A década dos anos 20 é uma década de grande significação na história brasileira. Vemos, em 1922, por exemplo, três acontecimentos: um na área militar, que é a irrupção do tenentismo, com a revolução de Copacabana; um na área cultural, que é o aparecimento do modernismo; e um na área social, que é a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Por estes três acontecimentos vemos o quanto os anos 20 são importantes. O início da terceira década do século assinala realmente uma etapa de mudança. Trata-se daquilo que em história é pouco estudado, mas é muito importante: a questão do ritmo. Isto porque o processo histórico é um processo de mudança constante, é o processo do movimento; mas há fases em que esse movimento se acelera, em que os fatos importantes se avizinham uns dos outros, se sucedem rapidamente: são as chamadas crises, quando, então, muda o ritmo. Ora, a década dos anos 20 é justamente uma dessas décadas em que o ritmo muda. Ela desemboca na Revolução de 30, é a sua preparação. Significa o que? Significa a condensação de alguns grandes acontecimentos na área mundial: o fim da Primeira Guerra, a Revolução de Outubro de 1917. Significa,

Marco Aurélio Nogueira

também, no Brasil, uma mudança que reflete, macroscopicamente, o avanço das relações capitalistas, a crise da economia latifundiária, particularmente a crise do café, que vai se denunciar visível e espetacularmente em 1929. Em boa medida, a economia latifundiária de exportação mergulha em um processo de crise e as forças políticas que a representam entram em declínio, passam a ser contestadas. As forças políticas de avanço, ao contrário, ligadas que estão ao desenvolvimento das relações capitalistas – e, portanto, à urbanização, à industrialização, ao mercado moderno –, procuram expressões políticas novas. Tudo isso acontece na terceira década do século. Daí ser essa década inelutavelmente importantíssima.

17. O tenentismo se esgotou em 1930? Qual o sentido de sua história posterior à Revolução de 30?

NWS: Ele não se esgotou em 1930, mas se prolongou a rigor até 1935. Prolongou-se e se esfacelou, embalado justamente pela vitória que havia conseguido. Sendo uma componente importante e decisiva, mas não a única, da Revolução de 30, o tenentismo viu-se, com a vitória, frente ao problema do poder e da realização daquilo que havia defendido na época da luta. Foi-se esgotando na impossibilidade de realizar as reformas que imaginava necessário realizar, denunciando assim a sua limitação. Ele exaure o seu papel histórico. Não existiam mais condições históricas para que ele se reproduzisse; emergiam novas forças, ainda ligadas à pequena burguesia, mas particularmente vinculadas à classe trabalhadora, no campo e ainda mais na cidade, e na cidade ao trabalhador industrial, isto é, ao assalariado. Neste novo quadro, era impossível o prolongamento das antigas formas de mobilização e luta. Tanto foi assim que alguns tenentes optaram pela esquerda, outros pela direita, outros pelo oportunismo, e quase todos desapareceram. O tenentismo não morreu por ter feito «compromissos» com as oligarquias ou por ter «traído» seu programa ori-

Estudos de Sociologia

ginário. Morreu por suas próprias limitações, em decorrência do esgotamento de suas próprias possibilidades políticas concretas. Morreu de morte morrida, não de morte matada. Ninguém o matou, ele morreu por si.

18. *Teria terminado, com isso, a história dos vínculos progressistas entre as Forças Armadas e as classes e camadas que impulsionam a chamada «revolução brasileira»?*

NWS: Os cientistas sociais trabalham para promover a interpretação do presente. As Forças Armadas são constituídas predominantemente por elementos de pequena burguesia. A posição dos indivíduos e dos grupos é condicionada não apenas por sua origem (um operário pode se tornar burguês, como sabemos), mas também por sua função social. Então, se um operário continua operário, ele é de origem operária e tem uma função operária. Isso também acontece na pequena burguesia e, portanto, nas Forças Armadas. Temos visto as Forças Armadas representando ideologicamente as posições pequeno-burguesas, portando-se ora num sentido de avanço, ora num sentido de retenção do processo histórico. Uma martelada no cravo, uma na ferradura, um ato positivo, um ato negativo. Não podemos portanto concluir, de uma forma absoluta, com base no papel dos militares no movimento de 1964, que terminou a função positiva das Forças Armadas, enquanto pequena burguesia e dentro das limitações políticas dessa classe, que resta apenas a função negativa. O oposto disso (qual seja, que a qualquer momento voltarão a vibrar as forças de contestação no interior do Exército, que toda movimentação militar é sempre uma revivescência dos ideais tenentistas dos anos 20) é igualmente um equívoco. Trata-se a meu ver de equívocos graves do ponto de vista da interpretação e graves também do ponto de vista da política, da ação concreta, daquilo que o homem faz e pode fazer. Antes e acima de tudo, creio que a pesquisa histórica e o conhecimento dos fatos passados precisam levar a posicionamentos e con-

Marco Aurélio Nogueira

clusões mais prudentes. São recursos indispensáveis para que abordemos com rigor o presente e projetemos os possíveis desdobramentos futuros. Com eles, temos tudo para alcançar perspectivas analíticas abertas, despojadas de dogmas e preconceitos, fiéis ao único compromisso da ciência e da crítica: impulsionar o conhecimento do mundo em que vivemos para, com isso, auxiliar os homens a conhecerem melhor a si próprios.